



Para além da polaridade: por uma teoria marxista da ordem mundial



Dossiê nº 105
Instituto Tricontinental de Pesquisa Social
Outubro de 2026

Os mapas deste dossiê mostram como a ordem mundial hegemônica organizou e representou o mundo, desde o colonialismo, a ordem internacional pós-Segunda Guerra Mundial e a bipolaridade da Guerra Fria até o capital internacionalizado, incluindo a divisão Norte-Sul e a unipolaridade estadunidense. Mais do que representações, destilam conceitos que as potências imperiais e coloniais usaram para exercer poder. Cada ponto de tinta é uma escolha: o que está no centro, quais países estão acima, quais distorções são aceitáveis. A capa reúne tradições cartográficas com diferentes centros, orientações e cosmologias, e pergunta: além de polos e blocos, como podemos compreender as relações sociais desiguais que constituem a própria ordem mundial?

CAPA

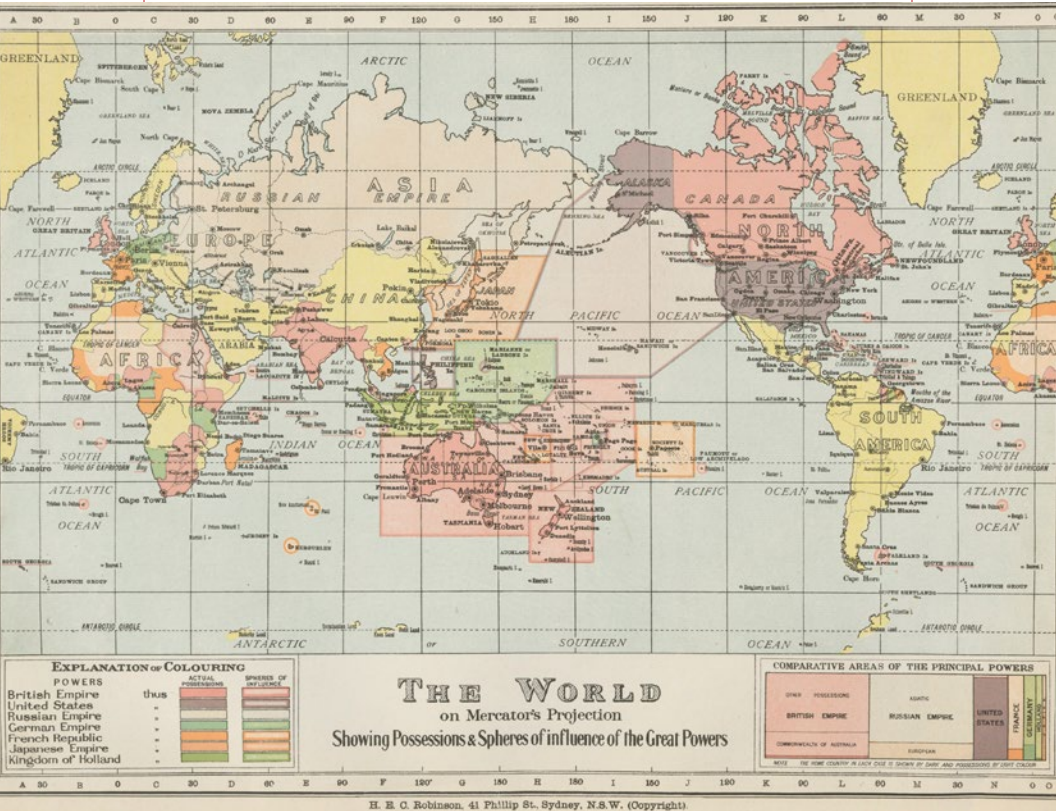
Colagem do Instituto Tricontinental de Pesquisa Social, baseada em uma projeção cartográfica Dymaxion e em mapas islâmicos, mesoamericanos, etíopes e chineses produzidos entre os séculos XII e XVII.*

* Imagens provenientes de: Muhammad al-Idrisi, *Tabula Rogeriana*, 1154, reconstrução e transliteração de 1929 por Konrad Miller via Wikimedia Commons; Matteo Ricci e Li Zhizao, *Kunyu Wanguo Quantu* (坤輿萬國全圖), 1602; Divisão de Geografia e Mapas da Biblioteca do Congresso via Wikimedia Commons; Códice Xólotl, Lámina 1, Tetzco, México, c. 1541 através do Wikimedia Commons; Mapa circular Tigraian do Māshafā Aksum (Livro de Aksum), anterior ao século XVIII; Bibliothèque nationale de France, Coleção Antoine d'Abbadie, via Wikimedia Commons; e Justinkunimune, *Mapa Mundial em Branco*, Projeção Dymaxion, 2023, Wikimedia Commons, CC0 1.0.

Para além da polaridade: por uma teoria marxista da ordem mundial



Dossiê nº 105 | Instituto Tricontinental de Pesquisa Social
Outubro de 2026



A projeção de Mercator foi desenvolvida em 1569 para a navegação europeia durante o período colonial. Durante a expansão imperial, tornou-se a projeção cartográfica padrão, usada ainda hoje.

Este mapa, que mostra as esferas de influência das "grandes potências" e suas possessões, foi criado por H.E.C. Robinson em 1908. Fonte: Biblioteca Nacional da Austrália via Wikimedia Commons.

A linguagem da “unipolaridade” e da “multipolaridade” – quer o poder global esteja concentrado num Estado dominante ou distribuído entre vários Estados importantes – tornou-se quase inevitável nos debates políticos. Os decisores políticos dos EUA e aliados descreveram frequentemente o sistema internacional pós-Guerra Fria como uma “ordem internacional liberal” cada vez mais ameaçada por “potências revisionistas” como a China e a Rússia. Muitos governos e movimentos do Sul Global, em contrapartida, saúdam o que consideram ser o surgimento de um mundo multipolar, no qual Washington já não pode ditar os termos da vida internacional. Essa aspiração é compreensível. Qualquer enfraquecimento da capacidade dos Estados Unidos de impor bloqueios e sanções unilaterais, organizar golpes e travar guerras pode abrir espaço político para o desenvolvimento soberano e para o avanço das lutas de classes.

‘A “multipolaridade” pode funcionar como um *slogan* de resistência à primazia dos EUA e oferecer uma descrição aproximada de como certas formas de poder estatal estão distribuídas. Seu apelo político, no entanto, não deve ser confundido com poder explicativo. O número de Estados poderosos pouco nos diz sobre as relações sociais que produzem seu poder, os interesses de classe organizados em seu interior ou as hierarquias imperialistas que os conectam. A multipolaridade não fornece, por si só, uma interpretação marxista do mundo; quando tratada como tal, pode nos levar a acreditar

erroneamente que uma distribuição mais ampla do poder estatal é inerentemente progressista.¹

O ex-presidente da Venezuela, Hugo Chávez — que tinha todos os motivos para saudar um mundo de múltiplos centros —, estava insatisfeito o suficiente com o termo "multipolaridade" e cunhou, em contrapartida, o termo "pluripolaridade", insistindo que o que importava não era o número de centros, mas sim se as classes populares eram os agentes da transformação.² A necessidade de especificar esse conteúdo político era, por si só, reveladora: o número de polos, isoladamente, nada nos diz sobre as forças de classe ou os sujeitos populares que moldam a ordem resultante.

Uma análise marxista deve, portanto, substituir a aritmética dos polos pela análise de uma cadeia: um sistema de formações sociais de desenvolvimento desigual, cada uma constituída internamente pela luta de classes e ligada externamente às demais por relações de exploração e dependência. A questão não é quantos elos existem,

1 Não existe um cânone estabelecido para a geopolítica marxista. Os textos clássicos aos quais nos referimos a seguir incluem *O imperialismo e a economia mundial*, de Nikolai Bukharin, escrito em grande parte em 1915 e concluído em 1917, e *O Imperialismo, fase superior do capitalismo*, de Vladimir Lenin, escrito em 1916 e publicado pela primeira vez em 1917. *O manifesto comunista* (1848), de Karl Marx and Friedrich Engels, é fundacional, assim como diversas partes do volume 1 d'*O capital*. (1867). Também recorremos a *Classes no capitalismo contemporâneo* (1975) e *Estado, Poder e Socialismo* (1978), de Nicos Poulantzas, bem como a *O império da sociedade civil: uma crítica à teoria realista nas relações internacionais*, de Justin Rosenberg (1994).

2 Sobre a distinção entre a formulação pluripolar de Chávez e a concepção mais comum de multipolaridade, ver Fuentes & Katz (2023); Katz (2023). Katz distingue a pluripolaridade socialista da multipolaridade por duas características: um programa radical de transição anticapitalista e o papel central atribuído aos sujeitos populares na realização dessa transformação. Em contrapartida, a visão multipolar que ele critica pressupõe que mudanças progressistas podem surgir apenas de alterações no equilíbrio entre potências ou governos.

mas sim como a corrente se mantém unida e onde ela é mais suscetível a se romper.

O problema, então, reside na imagem do próprio polo. Isso nos pede para imaginar o sistema internacional como um conjunto de Estados soberanos tratados como suas unidades decisivas, cada um possuindo uma quantidade mensurável de poder. Dependendo de como o poder é distribuído, o sistema é descrito como unipolar, bipolar ou multipolar. Esse vocabulário nos indica quantas grandes potências são consideradas polos geopolíticos. Isso não nos diz que tipo de ordem social cada Estado reproduz, como seu poder é produzido, quais interesses de classe moldam esse poder ou por meio de quais relações transnacionais ele é exercido. Ele fotografa o tabuleiro de xadrez enquanto oculta as relações sociais que criaram o tabuleiro, esculpiram as peças e decidiram quem tem permissão para jogar.

A polaridade apresenta-se como uma forma de medição. Quando levado em conta o Produto Interno Bruto (PIB) em paridade de poder de compra (PPC) — critério que ajusta as diferenças de níveis de preços entre países —, o mundo apresenta-se economicamente plural: nenhuma economia isolada detém algo que se assemelhe à dominância implícita no termo "unipolaridade". No entanto, quando medido pelos gastos militares e pelos sistemas de alianças organizados em torno deles, esse mesmo mundo parece muito mais concentrado: em 2022, os Estados Unidos, sozinhos, foram responsáveis por cerca de 53,5% dos gastos militares globais, enquanto o bloco militar liderado pelos EUA representou 74,3%. Os Estados Unidos também mantinham pelo menos 902 bases militares estrangeiras — de longe a maior rede do mundo (Instituto Tricontinental, 2024).

Avaliado sob uma terceira ótica — a do controle sobre mercados e infraestruturas críticas que funcionam como pontos de estrangulamento na produção e nas trocas contemporâneas —, o mundo não parece nem plural nem bipolar, mas próximo de uma configuração monopolista. No entanto, essa concentração não coincide exatamente com os Estados. Quatro empresas detêm 56% do mercado mundial de sementes comerciais e 61% do mercado global de agrotóxicos. Uma delas é a Bayer, que incorporou a Monsanto e seu portfólio de patentes em 2018 (ETC Group, Grain, 2025; Howard, 2021). Três empresas — Eli Lilly, Novo Nordisk e Sanofi — controlam mais de 90% do mercado global de insulina em valor e cerca de 95% do mercado em países de baixa e média renda (Medicine Foundation, 2022).³ A Palantir, uma única empresa estadunidense, fornece a plataforma de dados na qual o Exército dos EUA conduz suas operações e as autoridades de imigração do país rastreiam seres humanos.⁴

3 Eli Lilly, Novo Nordisk e Sanofi juntas controlam mais de 90% do mercado global de insulina em valor. Elas produzem 83% da insulina vendida em países de baixa e média renda (PBMR), onde detêm cerca de 95% do mercado. O estudo da Fundação abrange 108 países de renda baixa e média, que abrigam mais de 80% da população mundial.

4 Em julho de 2025, o Exército dos EUA consolidou 75 contratos existentes com a Palantir — 15 contratos principais e 60 contratos relacionados — em um único acordo corporativo com um teto de 10 bilhões de dólares ao longo de dez anos. O teto representa o valor máximo potencial do acordo, e não uma obrigação de gastar o montante total. Em maio de 2024, a Palantir USG recebeu um contrato de 480 milhões de dólares para o Maven Smart System. Em maio de 2025, o Departamento de Defesa aumentou o limite do contrato em 795 milhões de dólares, elevando-o para aproximadamente 1,275 bilhão. Em abril de 2025, o Serviço de Imigração e Alfândega dos EUA (ICE) alterou um contrato existente com a Palantir, no valor de aproximadamente 30 milhões de dólares, para desenvolver novas capacidades conhecidas como Sistema Operacional do Ciclo de Vida da Imigração (ImmigrationOS). Ver US Department of the Army (2026); US Department of Defense (2024, 2025); US Department of Homeland Security, US Immigration and Customs Enforcement (2025).

A mesma concentração aparece nas áreas de finanças e energia. O dólar responde por mais de 4/5 do financiamento do comércio global — uma predominância que supera em muito a participação dos EUA na produção ou no comércio mundial. Esta é uma forma de comando monetário que um ranking de peso econômico nacional não consegue captar (Instituto Tricontinental, 2026a).⁵ No setor de energia, a propriedade de um recurso pode, da mesma forma, diferir do controle sobre os circuitos pelos quais ele chega ao mercado. Essa divergência é visível na vizinha Venezuela e na Guiana. A Venezuela detém a propriedade plena de seu petróleo desde 1976; no entanto, a agressão dos EUA — seja ela militar (como o bombardeio de 3 de janeiro), econômica (mais de mil sanções e outras medidas coercitivas unilaterais) ou de outra natureza — continua moldando as condições sob as quais o petróleo venezuelano pode ser vendido internacionalmente. Na vizinha Guiana, o acordo de partilha de produção de 2016 que rege o bloco offshore de Stabroek restringe a capacidade do governo de alterar seus termos sem o consentimento prévio por escrito do consórcio liderado pela ExxonMobil (Office of Foreign Assets Control, 2026).

Três medições, três mundos diferentes, uma realidade. A discordância entre aqueles que veem unipolaridade e aqueles que veem multipolaridade não é, portanto, simplesmente uma discordância sobre os fatos. É também uma discordância sobre quais relações constituem

⁵ Com base em dados do SWIFT, do Banco de Compensações Internacionais (BIS), do Fundo Monetário Internacional (FMI) e do Federal Reserve dos EUA, o dossiê aponta que os dados sobre as moedas utilizadas no faturamento comercial e nas finanças internacionais são escassos e publicados com maior defasagem do que outros dados comerciais. O documento também relata que o dólar é usado em mais de 80% das transações de financiamento comercial processadas pelo SWIFT.

poder — e é precisamente essa questão, que deve ser resolvida antes que qualquer contagem possa começar, que o vocabulário de polos deixa sem resposta.

A polaridade também herda o que é frequentemente chamado de representação vestfaliana de poder: um mundo composto principalmente por Estados territoriais soberanos tratados como unidades internamente coerentes. Isso obscurece como Estados territoriais, mercados capitalistas, companhias coloniais fretadas e circuitos transfronteiriços de acumulação de capital se desenvolveram juntos. A Companhia Holandesa das Índias Orientais, fundada em 1602, possuía amplos poderes comerciais e quase soberanos — incluindo a autoridade para declarar guerra, concluir tratados e construir fortes — décadas antes da Paz de Vestfália de 1648 (Brandon, 2017). A história do sistema mundial capitalista moderno, portanto, não é aquela em que Estados soberanos totalmente formados apareceram primeiro e as corporações apenas mais tarde cruzaram suas fronteiras. O poder capitalista combinou formas territoriais, comerciais e imperiais desde o início.





A Carta do Atlântico de 1941 estabeleceu uma visão anglo-americana para a ordem pós-guerra, afirmando o direito de "todos os povos de escolher a forma de governo sob a qual viverão", enquanto a Grã-Bretanha ainda governava um vasto império colonial.

Mapa criado por MacDonald Gill em 1942. Fonte: Coleção PJ Mode de Cartografia Persuasiva, Biblioteca da Universidade Cornell, via Wikimedia Commons.

A genealogia da polaridade nos EUA

O vocabulário moderno da polaridade emergiu do mundo institucional e político da ciência política dos EUA pós-1945. Ele tinha antecedentes mais antigos nas discussões europeias sobre o equilíbrio de poder, como veremos, mas foi nos Estados Unidos, em meio à revolução comportamental, à teoria dos sistemas, à estratégia da Guerra Fria e à rápida expansão da pesquisa de segurança nacional baseada em universidades, que a “polaridade” passou a ser tratada como uma propriedade formal do sistema internacional. A figura central na consolidação da polaridade como uma teoria da estrutura internacional foi Kenneth Waltz, o principal arquiteto do neorrealismo. Em vez de começar com o caráter interno dos Estados, o neorrealismo buscou explicar seu comportamento por meio das restrições de um sistema internacional anárquico e da distribuição de capacidades entre seus principais Estados.

Waltz baseou-se no trabalho de Morton Kaplan (1957), cuja obra *System and Process in International Politics* [Sistema e processo em política internacional] ajudou a traduzir a história diplomática dos equilíbrios de poder e alianças em modelos abstratos e regidos por regras. Kaplan organizou a política internacional em seis modelos — os sistemas de equilíbrio de poder, bipolar flexível, bipolar rígido, universal, hierárquico e de veto unitário — dando uma estrutura de teoria de sistemas ao que antes era estudado em grande parte por meio da história diplomática. Tanto Kaplan quanto Waltz estudaram na Universidade de Columbia sob a orientação do estudioso de relações internacionais William T. R. Fox, que cunhou o termo

“superpotência” em 1944 (Fox, 1944). Em uma época em que a ciência política dos EUA buscava cada vez mais modelar o comportamento político em termos formais e científicos, Kaplan e, em seguida, Waltz recorreram à teoria geral dos sistemas para analisar a política internacional. As histórias do imperialismo, da revolução e da luta de classes foram deslocadas por interações abstratas entre unidades formalmente comparáveis. A classe não precisou ser explicitamente refutada; ela desapareceu do próprio objeto de estudo.

Waltz deu a essa abordagem de sistemas sua forma neorrealista canônica. Em *The Stability of a Bipolar World* [A estabilidade do mundo bipolar] e mais sistematicamente em *Theory of International Politics* [Teoria da política internacional], Waltz argumentou que o sistema internacional era anárquico — significando que nenhuma autoridade central estava acima dos Estados soberanos. Dentro desse sistema, os Estados eram tratados como funcionalmente semelhantes, apesar das diferenças em seus sistemas políticos e sociais, e distinguidos principalmente pela distribuição de capacidades entre eles (Waltz, 1964, 1979). As ordens internas desses Estados podiam diferir profundamente, mas a teoria estrutural de Waltz abstraía essas diferenças, e seus modelos transcendiam a ideologia. Os Estados Unidos e a União Soviética poderiam, portanto, serem tratados como unidades funcionalmente comparáveis ocupando dois polos, e seu conflito poderia ser analisado principalmente por meio da estrutura da bipolaridade, em vez do antagonismo entre seus sistemas sociais. O fato de o capitalismo ou o socialismo organizarem a produção em cada país era tratado como uma diferença interna, em vez de algo que constituía o próprio sistema internacional. Essa abstração não era inocente. Ela converteu uma conjuntura historicamente específica

da Guerra Fria em uma teoria geral da política internacional. Dentro dessa estrutura, a revolução anticolonial, os sistemas sociais concorrentes, a troca desigual e o imperialismo dos EUA tornaram-se analiticamente subordinados ao número e ao peso relativo dos Estados mais fortes. A estrutura resultante refletiu de perto as preocupações de um *establishment* de segurança nacional dos EUA focado, acima de tudo, na estabilidade estratégica e na gestão da rivalidade.

Durante a Guerra Fria, Waltz argumentou que a bipolaridade era mais estável do que a multipolaridade porque as duas superpotências dependiam menos de aliados e podiam avaliar as capacidades umas das outras de forma mais direta. À medida que a URSS se desintegrou, esse mesmo vocabulário conceitual foi reaproveitado para descrever a primazia dos EUA. Em sua "Palestra Memorial Henry M. Jackson" de 1990, Charles Krauthammer argumentou que a aparente pluralidade do poder mundial ocultava a predominância de uma única superpotência: os Estados Unidos (Krauthammer, 1990/1991). O conceito logo migrou do comentário político para a produção acadêmica realista. *The Stability of a Unipolar World* [A estabilidade de um mundo unipolar] (1999), de William Wohlforth, argumentou que a escala da preponderância dos EUA tornava o contrabalanço difícil e a guerra entre grandes potências menos provável. No mesmo ano, Samuel Huntington descreveu a ordem emergente como “uni-multipolar”: uma superpotência operando ao lado de várias grandes potências cuja cooperação ela frequentemente exigia (Huntington, 1999). Embora esses autores discordassem sobre o número de pólos e a distribuição de capacidades entre eles, compartilhavam a mesma concepção subjacente do sistema internacional:

Estados como unidades comparáveis cujas capacidades relativas determinavam sua estrutura.

À medida que a predominância dos EUA erodiu em algumas áreas enquanto permaneceu entrincheirada em outras, a linguagem da polaridade retornou ao centro do debate. As categorias herdadas de Kaplan e Waltz são agora usadas para questionar se a China, a Rússia, a Índia, o Brasil e outros Estados constituem pólos independentes. O debate geralmente gira em torno de indicadores como PIB, gastos militares, população, capacidade tecnológica e alcance diplomático. No entanto, a “multipolaridade” é frequentemente usada menos para identificar uma estrutura coerente de poder mundial do que para descrever o declínio relativo do poder dos EUA. O que frequentemente permanece não questionado por meio dessas descrições sucessivas — bipolaridade, o momento unipolar e agora multipolaridade — é a suposição de que os Estados territoriais são os recipientes básicos de poder e que a ordem mundial pode ser compreendida classificando-os.

Os limites dessa abordagem se tornam mais claros quando tentamos interpretar a guerra na Ucrânia, a expansão do BRICS+ ou as diferentes posições e políticas da China, Rússia, Índia e Brasil. Esses Estados não podem ser tratados como unidades equivalentes meramente porque resistem, negociam ou operam fora de iniciativas específicas dos EUA. Seus blocos governantes, formas de propriedade, relações com o sistema financeiro internacional, pressões populares e posições dentro da cadeia imperialista diferem drasticamente. Essas diferenças ajudam a explicar por que governos que cooperam dentro do BRICS+ ou de outra instituição multilateral

podem divergir drasticamente em outras questões e por que o mesmo Estado pode resistir à pressão dos EUA na política externa enquanto reproduz a exploração internamente e relações de dependência internacionalmente.

Julgado por seus próprios critérios, no entanto, o histórico preditivo dessa estrutura após a Guerra Fria tem sido, na melhor das hipóteses, irregular. O realismo estrutural nunca foi meramente descritivo: seus proponentes o usaram para fazer previsões concretas sobre como a ordem pós-Guerra Fria se desenvolveria. Em 1993, Waltz argumentou que as pressões do equilíbrio de poder empurrariam a Alemanha e o Japão para o *status* pleno de grande potência, incluindo a aquisição de armas nucleares (Waltz, 1993).⁶ Trabalhando a partir de premissas realistas semelhantes, Mearsheimer argumentou em 1990 que, se as forças dos EUA e soviéticas se retirassem da Europa e o sistema de alianças da Guerra Fria se dissolvesse, a Europa retornaria a uma ordem multipolar mais propensa à instabilidade (Mearsheimer, 1990). Nenhuma das previsões se confirmou. A Alemanha e o Japão não adquiriram armas nucleares. Os Estados Unidos permaneceram militarmente inseridos na Europa. A Otan se expandiu.

Uma explicação marxista para essa sequência de eventos aponta, em vez disso, para relações que o realismo estrutural deixa amplamente de lado. Na Alemanha e no Japão, frações de classe dominantes foram integradas em circuitos de acumulação centrados nos EUA, enquanto seus aparelhos estatais foram remodelados dentro

6 Waltz retornou à previsão sem abandonar suas premissas posteriormente em "Structural Realism after the Cold War" [Realismo estrutural depois da Guerra Fria] (2000).

da ordem mais ampla liderada pelos EUA (McCormack, 2007; Lundestad, 1998). Essa estrutura não deixou de determinar os resultados; a estrutura nunca foi aquela que Waltz descreveu.

O trabalho de John Mearsheimer ilustra tanto a força quanto os limites dessa tradição. Sua rejeição à linguagem da “promoção da democracia”, usada para justificar a expansão da Otan para o leste, pode iluminar as pressões estratégicas em torno da guerra na Ucrânia mais claramente do que relatos formulados principalmente em termos de valores liberais. No entanto, ao tratar as grandes potências principalmente como Estados funcionalmente semelhantes que buscam segurança, o realismo não consegue explicar adequadamente as forças de classe que moldam a política russa, ucraniana, europeia e dos EUA. Nem pode explicar os interesses materiais organizados por meio de energia, finanças, produção de armas e relações de propriedade, ou as estruturas imperiais desiguais dentro das quais as escolhas estratégicas são feitas. Uma crítica à ideologia liberal é necessária, mas, sem uma análise social dos Estados e das forças de classe envolvidas, ela permanece incompleta.

Paradoxalmente, a linguagem que agora anuncia o fim da predominância dos EUA permanece enraizada em uma estrutura conceitual desenvolvida dentro da academia de segurança nacional dos EUA durante a Guerra Fria. As relações sociais e de classe que ajudaram a moldar a ordem pós-Guerra Fria são precisamente aquelas que essa estrutura tende a não registrar.



Este mapa retrata os dois blocos antagônicos da Guerra Fria e a lógica geopolítica bipolar.

Robert M. Chapin, Dois Mundos 1950, 1950. Fonte: Time, 2 de janeiro de 1950, via Coleção PJ Mode de Cartografia Persuasiva, Biblioteca da Universidade Cornell via Wikimedia Commons.

O Modelo vestfaliano e o mercado mundial

A teoria da polaridade se baseia no que é frequentemente chamado de representação vestfaliana da ordem internacional: um mundo composto por Estados territorialmente delimitados, cada um soberano dentro de suas fronteiras e formalmente igual aos outros, interagindo na ausência de qualquer autoridade superior. O termo se refere à Paz de Vestfália, os acordos concluídos em Münster e Osnabrück em 1648 que encerraram a Guerra dos Trinta Anos — um conflito devastador na Europa Central moldado por divisões religiosas, rivalidade dinástica e lutas pelo poder político dentro do Sacro Império Romano-Germânico — e que foram posteriormente tratados na teoria das relações internacionais como o nascimento do sistema moderno de Estados soberanos. No entanto, os tratados de Münster e Osnabrück de 1648 não inventaram a soberania de repente, nem produziram uma divisão clara entre a hierarquia doméstica e a anarquia internacional. Em vez disso, eles resolveram a guerra dentro de uma ordem dinástica e imperial estratificada na qual a autoridade política permanecia sobreposta, desigual e socialmente heterogênea. Historiadores e estudiosos das relações internacionais, portanto, desafiaram o “mito vestfaliano” — a ideia de que os acordos de 1648 criaram o sistema moderno de Estados soberanos (Teschke, 2003). A importância de Vestfália reside menos no que os tratados criaram imediatamente do que no que eles passaram a simbolizar posteriormente na teoria internacional: o suposto nascimento de um mundo composto por Estados soberanos territorialmente delimitados.

Para Waltz, Vestfália serviu como um limite histórico útil. Em *Theory of International Politics* [Teoria da Política Internacional] ele argumentou que, de Vestfália em diante, não mais do que oito grandes Estados competiram ao mesmo tempo pelo domínio do sistema mundial. Waltz usou esse exemplo europeu inicial para demonstrar o problema estrutural da multipolaridade, deixando de lado, em grande parte, as personalidades dos governantes individuais e os detalhes das manobras diplomáticas.

Uma segunda via para pensar sobre a multipolaridade surgiu do estudo de Henry Kissinger sobre o Congresso de Viena. Sua dissertação de Harvard de 1954, posteriormente reformulada e publicada em 1957 como *A World Restored* [Um mundo restaurado], examinou como Castlereagh e Metternich usaram a legitimidade, a contenção e o equilíbrio para estabilizar o acordo pós-napoleônico (Kissinger, 1957). Kissinger perguntou como a diplomacia poderia gerir uma ordem multipolar. Waltz perguntou como o número e as capacidades relativas das grandes potências restringiam a diplomacia, independentemente de quem as governasse. Juntas, essas abordagens estabeleceram as duas concepções dominantes de multipolaridade nos EUA: uma centrada na gestão diplomática e a outra na estrutura sistêmica.

Dentro de ambas as explicações sobre a ordem interestatal, no que diz respeito às relações econômicas permanecem secundárias em relação às relações entre Estados soberanos. O que desaparece de vista é o desenvolvimento histórico do capital mercantil, industrial e financeiro; a formação de mercados nacionais e internacionais; e as instituições jurídicas e políticas que regem o comércio, a propriedade,

o trabalho e o investimento. Waltz reconheceu que grandes corporações “e outros atores não estatais são difíceis de regular e podem rivalizar com alguns Estados em influência” (Waltz, 1979, p. 94). Embora a “importância” dos atores não estatais seja “óbvia”, argumentou ele, isso não torna a “concepção estadocêntrica da política internacional” obsoleta. A questão, então, não é se Waltz reconheceu atores não estatais, mas se eles podem ser tratados como forças secundárias operando dentro de um sistema cuja estrutura básica já é definida pelos Estados. De um ponto de vista marxista, eles não podem, uma vez que as capacidades atribuídas aos Estados são elas próprias produzidas por meio de relações de propriedade, produção, finanças, império e luta de classes, que cruzam fronteiras territoriais.

Para os marxistas, essa omissão é importante porque os Estados territoriais modernos não se desenvolveram primeiro como unidades políticas seladas para apenas depois entrar em relações econômicas capitalistas. O sistema estatal moderno e o mercado mundial capitalista se desenvolveram juntos. A consolidação da soberania europeia esteve ligada à escravização, ao desapossamento e ao domínio colonial no exterior (Instituto Tricontinental, 2026b). A igualdade formal dos Estados soberanos no direito internacional há muito coexiste com uma profunda hierarquia material em todo o sistema mundial: colônias privadas de soberania, Estados devedores formalmente independentes, territórios ocupados, protetorados e Estados cujo espaço político é restringido por credores, regras comerciais, sanções e ameaças militares. A própria soberania territorial moderna foi produzida ao longo de séculos por meio de guerras, conquistas coloniais, relações de propriedade capitalistas e luta de classes.

A metáfora do polo converte essas relações em atributos de Estados individuais. O poder financeiro aparece como algo que os Estados Unidos *possuem* em vez de um conjunto de relacionamentos reproduzidos por meio do papel internacional do dólar, bancos centrais e comerciais, contratos de dívida, sistemas de pagamento, contabilidade corporativa e as restrições que esses arranjos impõem a outros Estados. A produção contemporânea é organizada por meio de cadeias globais de valor nas quais o controle corporativo, a manufatura, a logística, os dados, a propriedade intelectual e a localização dos lucros estão geograficamente dispersos. Uma corporação pode possuir poucas fábricas, mas controlar milhares de fornecedores por meio de padrões, patentes, contratos de compra e plataformas digitais. Trabalhadores em todo o Sul Global podem ser integrados às mesmas redes transnacionais de produção enquanto permanecem divididos por fronteiras, regimes salariais, controles migratórios e exposição diferenciada a danos ambientais. Empresas líderes e proprietários financeiros tendem a capturar parcelas desproporcionais de valor e lucro, enquanto fornecedores, trabalhadores e Estados arcam com grande parte do risco.

Uma estrutura de polaridade não tem uma maneira convincente de capturar esse tipo de poder. Se uma empresa de tecnologia sediada nos EUA organiza a produção no Leste Asiático, extrai dados globalmente, detém propriedade intelectual em uma jurisdição, registra lucros em outra, depende de minerais da África e da América Latina e conta com tribunais, diplomacia, controles de exportação e proteção militar dos EUA, a qual polo pertence seu poder? Chamá-la simplesmente de “estadunidense” ignora a organização transnacional da acumulação. Tratá-la como “sem Estado” ignora os sistemas

legais e coercitivos apoiados pelo Estado que tornam suas reivindicações de propriedade exequíveis. O ponto marxista, portanto, não é que as corporações tenham substituído os Estados. O capital requer que os Estados definam e façam cumprir os direitos de propriedade, disciplinem o trabalho, absorvam perdas, construam infraestrutura, policiem fronteiras e defendam o acesso a mercados e recursos. Multinacionais operam por meio de fronteiras, mas permanecem dependentes da autoridade territorial. Eles exploram as diferenças entre os regimes fiscais, trabalhistas e regulatórios nacionais, enquanto dependem de Estados de origem poderosos e negociam com os Estados anfitriões. A relação não é nem um mundo de bolas de bilhar soberanas nem um império de corporações sem fronteiras. É uma unidade diferenciada de Estados e capitais — formas distintas de poder que são, no entanto, profundamente interdependentes.⁷

Essa compreensão relacional do poder tem raízes profundas nas teorias marxistas do imperialismo. A teoria do imperialismo de Vladimir Lênin já aponta para além de um simples mapa de grandes potências. Lênin definiu o imperialismo por meio de cinco características conectadas: a concentração da produção e do capital em monopólios; a fusão do capital bancário e industrial em capital financeiro; a crescente importância da exportação de capital; a formação de associações capitalistas monopolistas internacionais; e a divisão territorial do mundo entre as principais potências capitalistas. Para Lênin, a divisão do mundo entre grandes potências importava não simplesmente porque existiam vários Estados poderosos,

7 Para compreender parte desta complexidade, ver Hymer (1979) e, em seguida, trabalhos mais recentes, como Smith (2016); Suwandi (2019); Suwandi & Bellamy Foster (2016).

mas porque esta divisão estava ligada à acumulação capitalista e ao desenvolvimento desigual. Uma teoria contemporânea deve estender esta percepção à produção global, às finanças centradas no dólar, aos monopólios digitais, à expansão da extração para novas fronteiras ecológicas e à arquitetura jurídica da propriedade intelectual e do investimento — não recuar para a contagem de polos.

No Segundo Congresso da Internacional Comunista em 1920, os debates sobre as *Teses sobre a questão nacional e colonial* — incluindo as teses preliminares de Lênin e as teses suplementares apresentadas pelo revolucionário indiano M. N. Roy — questionaram como os comunistas deveriam distinguir as nações oprimidas das opressoras, analisar a composição de classe dos movimentos anticoloniais, relacionar trabalhadores e camponeses com a burguesia nacional e combinar alianças temporárias com a independência política do proletariado. Nessa estrutura, as relações interestatais, a libertação nacional e a luta de classes interna formavam partes interconectadas de um único problema estratégico.

Sobre a Guerra Prolongada (1938), de Mao Zedong, oferece um exemplo magistral desse método no contexto da guerra de resistência da China contra o Japão. A análise de Mao partiu do equilíbrio concreto de forças: as condições sociais e políticas e a vasta geografia da China, as forças e fraquezas militares e econômicas do Japão e a mudança na situação internacional. A revolução vietnamita, da mesma forma, derrotou o colonialismo francês e o imperialismo dos EUA ao combinar uma análise das classes domésticas, as contradições sociais e políticas dentro dos Estados Unidos e as possibilidades criadas pelas relações e divisões entre Estados com

diferentes sistemas sociais e alinhamentos políticos. A diplomacia revolucionária de Cuba — desde a sua defesa da soberania até à sua atividade internacionalista — demonstrou repetidamente a mesma capacidade de trabalhar dentro das contradições interestatais sem reduzir a política às relações entre Estados.



Este mapa foi criado em 1956 como um anúncio de um grande banco estadunidense para mostrar sua expansão no exterior, especialmente na América Latina, África e Ásia, destacando os circuitos financeiros internacionais e a acumulação de capital.

Fonte: anúncio do First National City Bank de Nova York, no artigo "How Bankers 'on the Scene' Make the Difference Overseas" [Como os banqueiros "na cena" fazem a diferença no exterior], da Coleção PJ Mode de Cartografia Persuasiva, Biblioteca da Universidade Cornell, via Wikimedia Commons.

Estados, capital internacionalizado e a cadeia imperialista

Nicos Poulantzas desenvolveu o relato de Lênin sobre o imperialismo em uma direção que é particularmente útil para compreender a relação entre Estados nacionais e capital internacionalizado. Embora Poulantzas não tenha produzido uma teoria separada de geopolítica, seus escritos sobre o Estado capitalista, classes sociais e a internacionalização do capital fornecem elementos importantes para tal teoria. Em *Estado, poder, socialismo* (1978), ele descreveu o Estado como uma “*condensação material específica* de uma relação de forças entre classes e frações de classe” (Poulantzas, 1978, p. 129). Para Poulantzas, o Estado não está fora da luta de classes: o equilíbrio de forças entre as classes e as seções concorrentes dentro delas assume forma material em suas instituições e políticas. O Estado não é nem um ator neutro nem simplesmente o instrumento de uma classe capitalista unificada. O capital em si é dividido em frações concorrentes – como o capital industrial, comercial e financeiro – cujos interesses nem sempre coincidem. O Estado, consequentemente, tem um grau de “autonomia relativa” em relação a qualquer fração, permitindo organizar o que Poulantzas chamou de “bloco de poder”: a aliança de classes dominantes e frações de classe cujos interesses concorrentes são mantidos unidos sob a liderança de uma fração hegemônica. A política externa deve, portanto, ser entendida nem como uma expressão automática dos interesses capitalistas nem como a busca por um interesse nacional atemporal. Ela é moldada pelo equilíbrio mutável das forças de classe expresso por meio do Estado.

Em *Classes in Contemporary Capitalism* [Classes no capitalismo contemporâneo] (1975), Poulantzas aplicou essa abordagem à internacionalização do capital. A expansão das corporações multinacionais, argumentou ele, não aboliu os Estados nacionais nem gerou um único Estado capitalista sem fronteiras. O capital internacional ainda precisava ser reproduzido dentro de formações sociais concretas e por meio de Estados nacionais, que garantem a propriedade, regulam o trabalho, fornecem infraestrutura, gerenciam crises e organizam o consentimento político. A internacionalização do capital, portanto, ocorre não fora ou acima dos Estados nacionais, mas por meio de mudanças dentro deles. O capital estrangeiro se torna incorporado à produção doméstica, às alianças da classe dominante, às instituições administrativas e às estratégias estatais. As relações imperiais são, assim, reproduzidas não apenas por meio de pressão externa entre Estados, mas também por meio das relações de classe e instituições dentro dos Estados que elas conectam.

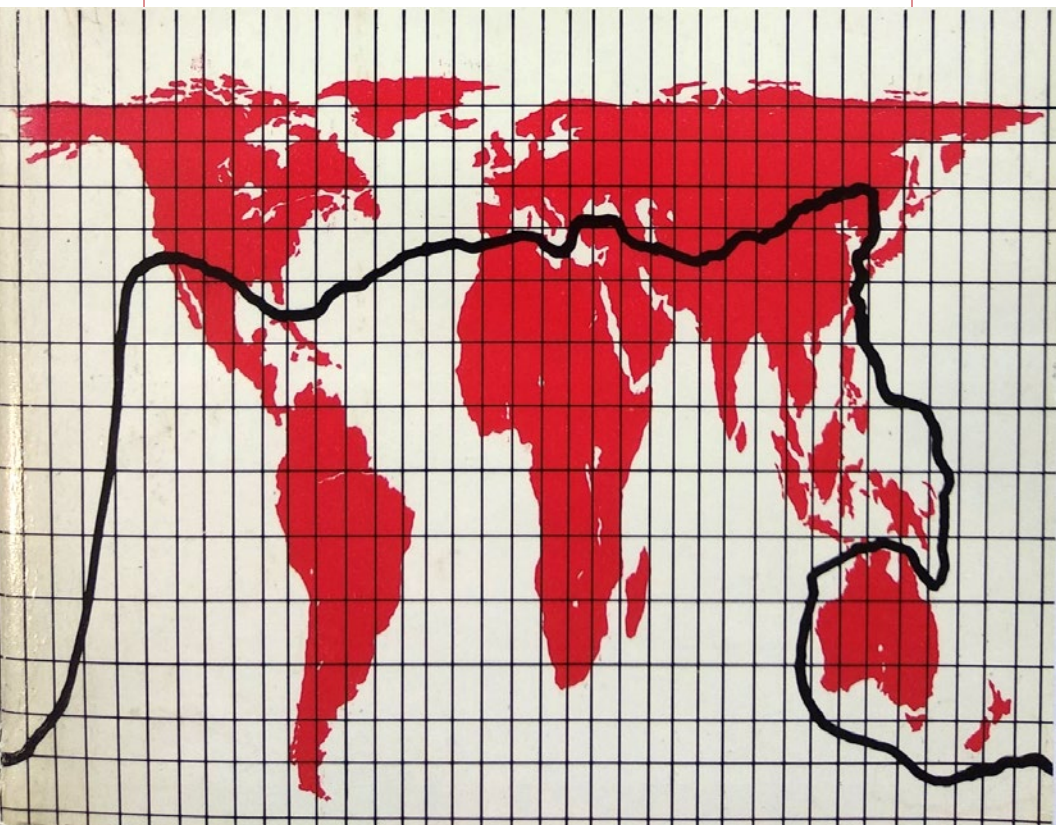
Poulantzas desenvolveu a categoria de “burguesia interna” para descrever frações da burguesia doméstica cuja acumulação permanecia nacionalmente fundamentada, mas que se tornara entrelaçada com o capital estrangeiro. Na Europa do pós-guerra, argumentou ele, seções importantes da burguesia não eram nem capitalistas nacionais autônomos nem agentes passivos dos Estados Unidos. Seu capital permanecia enraizado em suas próprias formações sociais, mas sua reprodução havia se tornado entrelaçada com corporações dos EUA e circuitos internacionais de acumulação dominados pelo capital dos EUA. Essas burguesias podiam negociar com o capital dos EUA e, por vezes, entrar em conflito com ele, enquanto permaneciam estruturalmente dependentes da ordem imperial mais ampla. A hierarquia

imperial era, consequentemente, reproduzida não apenas por meio da pressão exercida por um Estado sobre outro, mas também dentro dos blocos de poder dos próprios Estados subordinados.⁸

Isso nos traz de volta à concepção leninista da cadeia imperialista, agora compreendida por meio da teoria do Estado de Poulantzas. Seus elos não são Estados soberanos idênticos distinguidos apenas por quanto poder possuem. Cada elo é uma formação social com sua própria combinação de classes, instituições, lutas políticas e formas de dependência. A cadeia é marcada pelo desenvolvimento desigual: os Estados ocupam posições diferentes dentro da produção global, finanças, poder militar e controle tecnológico. Mas essas posições não podem ser determinadas classificando os Estados apenas de acordo com as capacidades nacionais, porque as relações imperialistas também atravessam a estrutura de classe interna de cada Estado.

Uma análise poulantziana faria, portanto, perguntas que a teoria da polaridade não faz. Quais frações de classe constituem o bloco de poder de um Estado? Qual fração exerce hegemonia dentro dele? Como o capital estrangeiro está inserido na produção doméstica e nas instituições estatais? Quais corporações dependem de quais Estados para proteger sua propriedade, mercados, tecnologias e cadeias de suprimentos? Como as lutas populares alteram o equilíbrio de forças dentro do Estado? Tais perguntas não tornam o conflito interestatal irrelevante — elas explicam seu conteúdo social.

8 Aplicar a estrutura de Poulantzas ao Brasil mostra que sua categoria de “burguesia interna” também se aplica além do contexto europeu no qual ele a desenvolveu. Ver Berringer, 2024; Boito, 2023.



A Linha Brandt de 1980, sobreposta a uma projeção cartográfica de Gall-Peters, representa a divisão entre um Norte industrializado mais rico e um Sul mais pobre, em grande parte anteriormente colonizado.

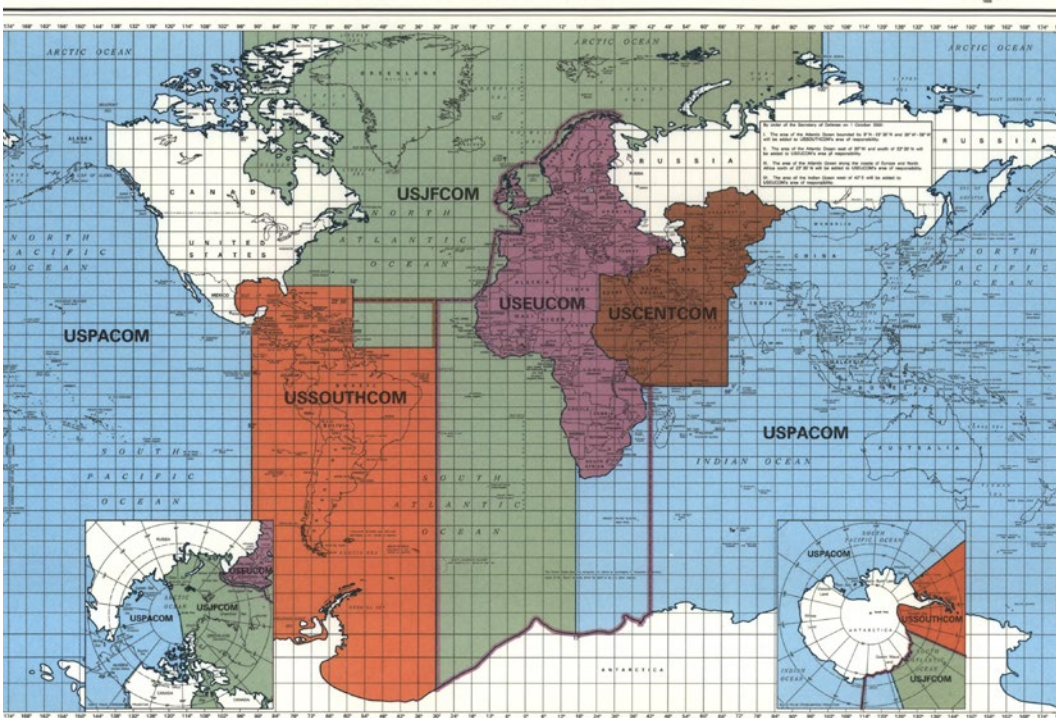
Fonte: capa de *North-South: A Programme for Survival* [Norte-Sul: Um Programa para a Sobrevivência], relatório da Comissão Independente sobre Questões de Desenvolvimento Internacional presidida por Willy Brandt, Pan Books, 1980.

Poulantzas nos ajuda a ir além da falsa escolha entre um mundo de bolas de bilhar soberanas e um império sem fronteiras de corporações multinacionais. O capital é internacionalizado, mas o poder político permanece organizado de forma desigual por meio de uma pluralidade de Estados nacionais. Os Estados são constituídos nacionalmente, mas suas relações de classe internas também são moldadas pelo capital internacional e pela hierarquia imperial. A geopolítica não é uma disputa autônoma entre Estados territoriais, mas a organização internacional do poder de classe através de um sistema diferenciado de Estados. Isso também nos ajuda a entender o poder das corporações transnacionais. As cadeias de suprimentos globais e as finanças internacionais permitem que grandes empresas monopolistas operem entre jurisdições, mas sua existência e expansão dependem decisivamente dos Estados. Os monopólios digitais e tecnológicos dos EUA dependem de pesquisa pública, compras governamentais, subsídios, tribunais, patentes, controles de exportação, pressão diplomática, sistemas de inteligência e poder militar. Outros capitais monopolistas dependem igualmente dos Estados nos quais sua propriedade e comando estratégico estão ancorados. No estágio imperialista, a integração do Estado e do capital monopolista não termina quando as finanças cruzam fronteiras; ela é reproduzida internacionalmente por meio de um sistema desigual no qual o capital opera por meio de fronteiras nacionais enquanto mantém relações privilegiadas com aparelhos estatais específicos.

A erosão de formas específicas de poder soberano sob a pressão das finanças internacionais não deve, portanto, ser confundida com o desaparecimento do Estado. Mesmo um Estado capitalista subordinado permanece um aparato central por meio do qual as classes

dominantes organizam a exploração, garantem a propriedade, disciplinam o trabalho, gerenciam o conflito social e reproduzem seu poder. A integração na cadeia imperialista altera o equilíbrio de forças dentro do Estado e pode compelir seu bloco dominante a ceder espaço político, mas também torna a luta contra a subordinação imperialista parte da luta de classes dentro desse Estado. A relação entre poder de classe e soberania nacional é, consequentemente, concreta em vez de abstrata. A soberania exercida por uma classe dominante capitalista não é soberania popular, contudo, romper ou afrouxar mecanismos de comando imperial pode ampliar o terreno no qual trabalhadores e outras forças populares lutam.

THE WORLD WITH COMMANDERS' AREAS OF RESPONSIBILITY



Este mapa, criado pelo governo dos EUA, divide o mundo nas "áreas de responsabilidade" geográficas atribuídas aos comandos militares dos EUA.

Fonte: United States National Imagery and Mapping Agency, The World with Commanders' Areas of Responsibility, 1999, via Library of Congress Geography and Map Division e Wikimedia Commons.

Uma ordem mundial contraditória

Nem a unipolaridade nem a multipolaridade capturam adequadamente a ordem mundial atual. A predominância dos EUA erodiu, mas não desapareceu simplesmente. Os Estados Unidos permanecem como o maior gastador militar do mundo, situam-se no centro de um sistema inigualável de alianças e bases militares estrangeiras, e beneficiam-se do lugar central do dólar nas reservas, comércio, dívida e pagamentos (Instituto Tricontinental, 2024). Seu poder é institucional e relacional, não meramente um agregado de recursos nacionais. Ao mesmo tempo, a China se tornou um grande centro industrial e tecnológico. A Rússia mantém capacidades militares formidáveis e vastos recursos naturais. Estados por toda a Ásia, África e América Latina ampliaram seu espaço de manobra. A expansão do BRICS+ reflete demandas reais por representação, financiamento ao desenvolvimento e liberdade da tutela ocidental no Sul Global.

No entanto, essas tendências não somam vários polos equivalentes. Comando militar, capacidade industrial, finanças, energia, tecnologia, recursos naturais e legitimidade política estão distribuídos em diferentes padrões. Um Estado pode ser militarmente protegido pelos Estados Unidos, industrialmente ligado à China, dependente da energia do Golfo, exposto a credores privados e responsivo a um movimento popular doméstico — tudo ao mesmo tempo. A interdependência não abole a hierarquia, e a rivalidade não acaba com a integração. O capital dos EUA e da China pode competir por tecnologia enquanto empresas em ambos os países permanecem conectadas por meio da produção e dos mercados. A indústria de semicondutores

ilustra essa geografia estratificada: propriedade intelectual, *design* de chips, fabricação, litografia (a tecnologia especializada usada para imprimir circuitos microscópicos em chips), extração mineral, montagem e mercados finais estão concentrados em diferentes territórios e controlados por diferentes combinações de corporações e Estados. Nenhum ranking nacional único captura essa estrutura, embora o poder estatal permaneça decisivo por meio de subsídios, controles de exportação, sanções, infraestrutura e alianças militares. Sanções e as chamadas políticas de “redução de riscos”, concebidas para diminuir a dependência estratégica de economias rivais, interrompem ou redirecionam alguns circuitos econômicos, enquanto o intercâmbio de finanças e *commodities* mantém outros unidos. Enquanto isso, a crise climática, o trabalho de cuidado, a migração e a reprodução social criam pressões materiais que nenhum registro de grande potência mede.

Essas diferentes distribuições de poder não surgiram independentemente umas das outras: elas foram remodeladas por uma transformação conectada do capitalismo global. A partir da década de 1970, o capital sediado nos EUA realocou cada vez mais a produção intensiva em mão de obra para o exterior, mantendo ou fortalecendo o controle sobre funções como *design*, propriedade intelectual, padrões, *branding*, finanças e as infraestruturas legais e coercitivas que as sustentavam. A industrialização de várias economias do Leste e Sudeste Asiático alinhadas aos EUA – incluindo os “Tigres Asiáticos”, bem como a Malásia, a Tailândia e outros – e a financeirização das economias estadunidense e britânica foram dois aspectos do mesmo processo. O que aparece em um registro como declínio dos EUA — a perda de empregos na manufatura — e em outro como poder

estrutural contínuo dos EUA — o dólar, instituições legais e financeiras, controles de exportação e bases militares — pode, portanto, ser entendido como resultados relacionados à mesma reestruturação. À medida que o controle estratégico sobre a produção se separava cada vez mais da localização física da manufatura, grandes conflitos começaram a surgir não apenas sobre o território, mas também nos pontos onde esse controle é exercido, como controles de exportação sobre litografia e *design* de chips, sanções sobre sistemas de pagamento, a aplicação extraterritorial da lei doméstica e lutas sobre padrões técnicos e dados. Um ranking de grandes potências não consegue capturar facilmente esses conflitos porque converte as relações que os produzem em atributos de Estados individuais.

Uma teoria marxista da geopolítica deve começar não com o número de Estados poderosos, mas com a totalidade historicamente desenvolvida das relações sociais capitalistas. Ela perguntaria como o excedente é produzido, apropriado e transferido; como a propriedade e o controle são organizados ao longo das cadeias de *commodities*; como as finanças disciplinam Estados e famílias; como raça, casta, gênero e cidadania segmentam a classe trabalhadora global; e como os custos ecológicos são deslocados para regiões dominadas. Ela examinaria o equilíbrio de forças em mudança dentro de cada Estado, localizaria este dentro das relações desiguais da cadeia imperialista, rastrearía como blocos específicos de capital permanecem ancorados nacionalmente enquanto acumulam transnacionalmente, e examinaria como as instituições estatais buscam as condições para a acumulação, legitimidade política e segurança sob diferentes circunstâncias históricas.

Aplicado à ordem mundial atual, esse método se recusa a tratar a China, a Rússia, a Índia ou o Brasil como social ou politicamente equivalentes simplesmente porque participam do BRICS+ ou favorecem uma ordem menos dominada pelos EUA. Em vez disso, ele pergunta em cada caso como cada Estado surgiu historicamente, quais classes e frações de classe compõem seu bloco de poder, como diferentes formas de propriedade e planejamento moldam a acumulação, como as lutas trabalhistas e camponesas o restringem, como o capital doméstico se relaciona com as finanças internacionais e se suas ações externas reproduzem ou enfraquecem a hierarquia imperial. Somente tal análise pode explicar por que os Estados se alinham em algumas áreas e divergem em outras, em vez de inferir suas políticas a partir de sua posição em um mapa geopolítico.

Tal teoria também distinguiria entre lutas e projetos políticos que são frequentemente reduzidos à categoria de “competição entre grandes potências”. Estes incluem conflitos entre frações do capital, projetos de desenvolvimento soberano, experimentos socialistas, movimentos de libertação nacional e lutas contra corporações transnacionais por trabalhadores, camponeses, mulheres, povos indígenas e outros setores impactados. Seu conteúdo político não pode ser deduzido a partir de sua oposição a Washington, nem toda afirmação de soberania pode ser tratada como emancipatória.

As perguntas relevantes são concretas: um projeto enfraquece os mecanismos de dominação imperial? Ele expande o controle popular sobre a produção e a riqueza social? Ele reduz a dependência e a hierarquia, ou reproduz a exploração sob uma nova bandeira? Um Estado pode aumentar sua autonomia estratégica sem transformar

suas relações domésticas de exploração. Por outro lado, um maior controle soberano sobre finanças, recursos, tecnologia ou infraestrutura pode criar condições para que forças populares busquem transformações mais fundamentais. Nenhum dos resultados pode ser deduzido apenas da oposição de um Estado aos Estados Unidos.

Por essa razão, as lutas pela soberania nacional não podem ser descartadas como distrações da luta de classes. Em Estados subordinados dentro do sistema imperialista, o controle sobre finanças, recursos, alimentos, tecnologia, infraestrutura e política externa pode ser indispensável para qualquer programa popular. Um afrouxamento dos elos na corrente imperialista pode ser valioso mesmo quando iniciado por um Estado capitalista, porque pode enfraquecer as restrições externas e alterar as condições da luta doméstica. No entanto, seu significado político depende de quais forças de classe o lideraram, quem ganha o controle sobre as capacidades soberanas que são recuperadas e se a organização popular pode converter a autonomia estatal em transformação social.

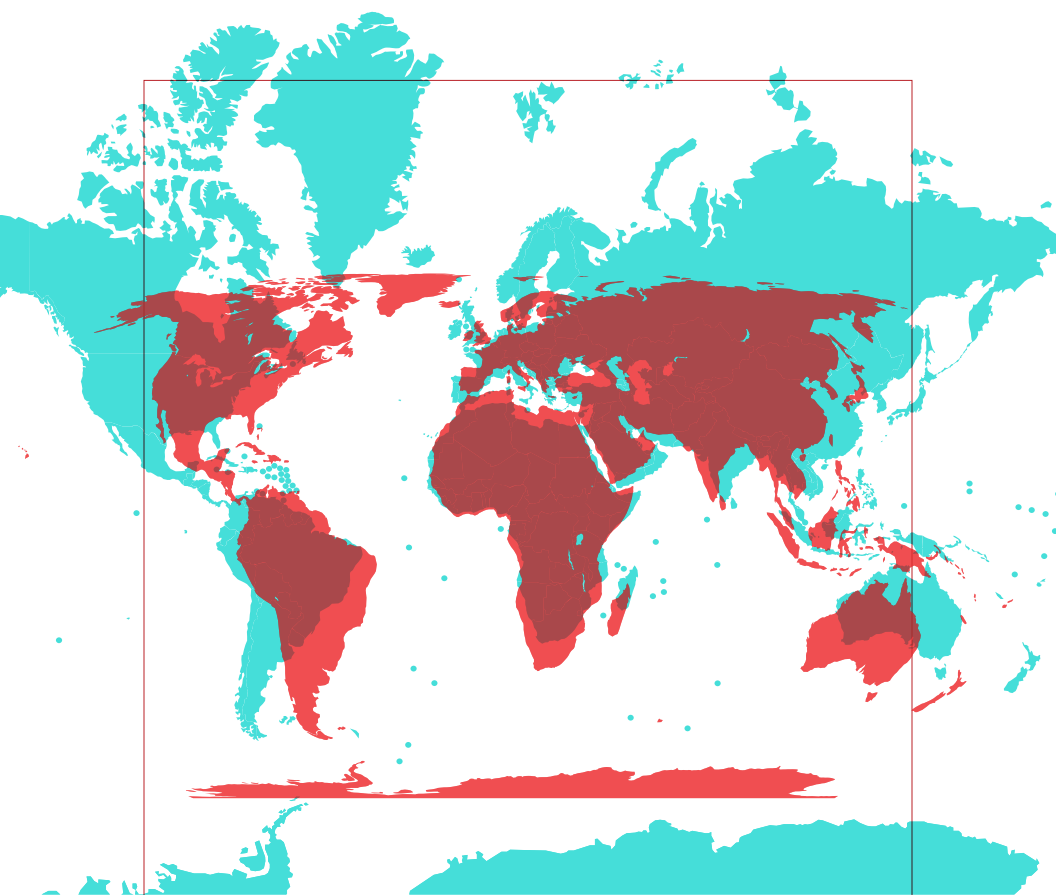
A multipolaridade, então, tem um significado político limitado, mas real. Uma ordem interestatal menos concentrada pode tornar a coerção unilateral mais difícil e criar aberturas para o Sul Global. Essas aberturas podem auxiliar projetos de libertação nacional e promover a luta de classe dentro de Estados capitalistas. No entanto, o alinhamento com outros Estados contra a primazia dos EUA não altera o caráter de classe de um Estado nem abole sua ordem social exploratória. Não existe um caminho automático de vários centros de poder estatal para a igualdade entre os povos. Um mundo de

potências capitalistas concorrentes pode permanecer profundamente imperial, exploratório e ecologicamente catastrófico.

A tarefa não é escolher o número correto de polos. A imagem de um equilíbrio trata o poder como um conjunto de pesos comparáveis cuja distribuição pode ser reorganizada. Uma corrente, por outro lado, é composta por relações desiguais e interligadas. Ela é transformada não simplesmente pela reorganização de seus elos, mas pela ruptura das relações que os unem nos pontos onde essas relações são mais fracas. A questão decisiva, portanto, não é onde um Estado é mais forte, mas onde as relações imperiais são mais vulneráveis à ruptura.

Para os marxistas, o horizonte não pode ser apenas um melhor equilíbrio entre os Estados dominantes. Deve ser o poder internacional dos povos trabalhadores: soberania popular contra o imperialismo, cooperação contra a rivalidade de soma zero, propriedade social contra o monopólio, reparação ecológica contra a acumulação infinita e internacionalismo enraizado na luta popular.





Em 4 de setembro de 2026, a Assembleia Geral da ONU votou por 164 a 1 para promover projeções de áreas iguais (mostradas em vermelho) que representam com mais precisão o tamanho relativo dos continentes, contestando distorções como a ampliação das massas continentais do norte pela projeção de Mercator (mostrada em azul). O único voto contrário foi dos Estados Unidos.

Comparação entre as projeções de Mercator e de Terra Equivalente por Instituto Tricontinental de Pesquisa Social.

Referências bibliográficas

Berringer, Tatiana. *Brazilian Bourgeoisie and Foreign Policy*. Chicago: Haymarket Books, 2024.

Boito, Armando. *Reform and Political Crisis in Brazil: Class Conflicts in Workers' Party Governments and the Rise of Bolsonaro Neo-fascism*. Chicago: Haymarket Books, 2023.

Brandon, Pepijn. *War, Capital, and the Dutch State, 1588–1795*. Chicago: Haymarket, 2017.

ETC Group; Grain. *Top 10 Agribusiness Giants: Corporate Concentration in Food & Farming in 2025*, June 2025, <https://grain.org/en/article/7284-top-10-agribusiness-giants-corporate-concentration-in-food-farming-in-2025>

Fox, William T. R. *The Super-Powers: The United States, Britain, and the Soviet Union: Their Responsibility for Peace*. New York: Harcourt Brace, 1944.

Fuentes, Federico; Katz, Claudio. "Geopolitics, the Imperial System and Socialist Anti-Imperialism: An Interview with Claudio Katz", *Links: International Journal of Socialist Renewal*, 24 out. 2023. Disponível em: <https://katz.lahaine.org/b2-img/Geopoliticstheimperialsystemandsocialist.pdf>

Howard, Philip H. *Concentration and Power in the Food System: Who Controls What We Eat?*, rev. ed. London: Bloomsbury Academic, 2021.

Huntington, Samuel. "The Lonely Superpower", *Foreign Affairs*, March/April 1999. Disponível em: <https://www.foreignaffairs.com/articles/united-states/1999-03-01/lonely-superpower>.

Hymer, Stephen *The Multinational Corporation: A Radical Approach*. Cambridge: Cambridge University Press, 1979.

Instituto Tricontinental de Pesquisa Social. *Hiperimperialismo: um novo estágio decadente perigoso*. Estudos em Dilemas Contemporâneos, n. 4, 23 jan 2024. Disponível em: <https://thetricontinental.org/studies-on-contemporary-dilemmas-4-hyper-imperialism/>.

Instituto Tricontinental de Pesquisa Social. *A arquitetura do poder: o dólar, financeirização e luta por soberania*. Dossiê n. 102, 7 jul. 2026a. Disponível em: <https://thetricontinental.org/dossier-de-dollarisation/>.

Instituto Tricontinental de Pesquisa Social. *As raízes do capitalismo: escravidão e o comércio do açúcar*. Estudos sobre materialismo histórico, n. 1, 18 ago. 2026b. Disponível em: <https://thetricontinental.org/study-sugar-and-slavery/>.

Kaplan, Morton. *System and Process in International Politics*. New York: John Wiley, 1957.

Katz, Claudio. *Integración, soberanía y socialismo en América Latina*, CADTM, 27 April 2023, <https://www.cadtm.org/Integracion-soberania-y-socialismo-en-America-Latina>.

Kissinger, Henry. *A World Restored: Metternich, Castlereagh, and the Problems of Peace, 1812–1822*. Boston: Houghton Mifflin, 1957.

Krauthammer, Charles. “The Unipolar Moment”. *Foreign Affairs* 70, n. 1, 1990/1991.

Lundestad, Geri. *“Empire” by Integration: The United States and European Integration, 1945–1997*. Oxford: Oxford University Press, 1998.

McCormack, Gavan. *Client State: Japan in the American Embrace*. London: Verso, 2007.

Mearsheimer, John “Back to the Future: Instability in Europe after the Cold War”. *International Security* 15, n. 1, 1990.

Medicine Foundation. Report on Diabetes Care: What Are Pharma Companies Doing to Expand Access to Insulin — And How Can Efforts Be Scaled Up?, out. 2022. Disponível em: <https://accesstomedicinefoundation.org/resource/what-are-pharma-companies-doing-to-expand-access-to-insulin-and-how-can-efforts-be-scaled-up>.

Office of Foreign Assets Control, ‘Venezuela-Related Sanctions’, US Department of the Treasury, accessed 27 August 2026, <https://ofac.treasury.gov/sanctions-programs-and-country-information/venezuela-related-sanctions>.

Poulantzas, Nicos. *Classes in Contemporary Capitalism*. London: New Left Books, 1975.

Poulantzas, Nicos. *State, Power, Socialism*. London: New Left Books, 1978.

Smith, John. *Imperialism in the Twenty-First Century: Globalization, Super-Exploitation, and Capitalism’s Final Crisis*. New York: Monthly Review Press, 2016.

Rosenberg, Justin. *The Empire of Civil Society: A Critique of the Realist Theory of International Relations*. London: Verso, 1994.

Suwandi, Intan; Bellamy Foster, John. “Multinational Corporations and the Globalization of Monopoly Capital: From the 1960s to the Present”, *Monthly Review* 68, n. 3, 2016.

Suwandi, Intan. *Value Chains: The New Economic Imperialism*. New York: Monthly Review Press, 2019.

Teschke, Benno. *The Myth of 1648: Class, Geopolitics, and the Making of Modern International Relations*. London: Verso, 2003.

US Department of Defense, ‘Contracts for May 29, 2024’, 29 maio 2024, <https://www.defense.gov/News/Contracts/Contract/Article/3790490/>; US Department of Defense, ‘Contracts for May 21, 2025’, 21 maio 2025. Disponível em: <https://www.defense.gov/News/Contracts/Contract/Article/4194643/>

US Department of Homeland Security, US Immigration and Customs Enforcement, “Investigative Case Management – Additional Capabilities”, SAM.gov, 17 abr. 2025. Disponível em: <https://sam.gov/opp/f71acce6010c423db4902446a59a690c/view>.

US Department of the Army, 'Award ID W519TC25D0039: Consolidated Enterprise Agreement for Palantir USG Inc's Commercial Solutions', USAspending.gov. Acesso em: 1 set. 2026. Disponível em: https://www.usaspending.gov/award/CONT_IDV_W519TC25D0039_9700

Waltz, Kenneth. "Structural Realism after the Cold War", *International Security* 25, n. 1, 2000.

Waltz, Kenneth. "The Emerging Structure of International Politics", *International Security* 18, n. 2, 1993.

Waltz, Kenneth. "The Stability of a Bipolar World", *Daedalus* 93, n. 3, Summer 1964.

Waltz, Kenneth. *Theory of International Politics*. New York: McGraw Hill, 1979.

Wohlforth, William. "The Stability of a Unipolar World", *International Security* 24, n. 1, 1999.



Atribuição-NãoComercial 4.0
Internacional (CC BY-NC 4.0)

Esta publicação está sob uma licença Creative Commons Attribution-Non-Commercial 4.0 International (CC BY-NC 4.0). O resumo legível da licença está disponível em <https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/>.



Instituto Tricontinental de Pesquisa Social
*é uma instituição internacional, organizada por
movimentos, com foco em estimular o debate intelectual
para o serviço das aspirações do povo.*

www.otricontinental.org

Instituto Tricontinental de Investigación Social
*es una institución promovida por los movimientos,
dedicada a estimular el debate intelectual al servicio de
las aspiraciones del pueblo.*

www.eltricontinental.org

Tricontinental: Institute for Social Research
*is an international, movement-driven institution
focused on stimulating intellectual debate that serves
people's aspirations.*

www.thetricontinental.org